

General constrangido fere imagem do Exército

Raymundo Pintoⁱ

Ao enfrentar a pandemia, foram tantos e tantos erros cometidos no Brasil que isso provocou uma grande insatisfação popular a ponto de sensibilizar o Poder Legislativo, que se viu forçado a instituir, no Senado, uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito. Basicamente, destinou-se a investigar as ações e omissões do governo federal na forma como vem atuando para combater o perigoso coronavírus. Os trabalhos da referida CPI já entraram na quarta semana. Sentindo o interesse que desperta, toda a imprensa dedica ao assunto muitas horas nas rádios e TVs, bem como largos espaços da mídia impressa.

Em circunstâncias normais, seria esperado que as testemunhas convocadas prestassem depoimentos sinceros e verdadeiros a fim de bem esclarecer os fatos e apontar culpados. Infelizmente, tal não ocorreu. Estarrecido e incrédulo, o povo assiste, pelos meios televisivos, uma vergonhosa sucessão de falas inseguras, contradições flagrantes, falsas declarações e – por que não dizer? – deslavadas mentiras. Tem ficado evidente o propósito de salvar a responsabilidade de pessoas ocupantes de altos cargos públicos, incluindo o mais importante deles.

Neste ensejo, optei por me ater ao depoimento que vem causando as maiores celeumas. Refiro-me ao do general Eduardo Pazuello, que foi o Ministro da Saúde por mais tempo até agora. Sua privilegiada posição na indicada área governamental, justamente numa época de tão grave crise, fazia supor que daria à CPI informações fundamentais que iriam basear, com segurança, as conclusões do futuro relatório que a Comissão terá de apresentar no final. Observou-se, no entanto, uma grande decepção.

A evidência maior de que temia comparecer para depor ficou por conta do seu pedido prévio encaminhado ao STF – Supremo Tribunal Federal, na forma de habeas corpus, requerendo o direito ao silêncio em face de alguma pergunta que o pudesse incriminá-lo, além de pedir a proteção legal contra possíveis atos de violência por parte dos inquiridores, a exemplo da decretação de prisão em flagrante delito. Na prática, teve a coragem, no início, de prometer a resposta a todas as perguntas e até cumpriu em parte (omitiu-se apenas no tocante a uma delas), porém, mesmo assim, cristalizou-se um consenso na opinião pública de que seu longo depoimento de dois dias pode ser considerado como vergonhoso. Ficou muito claro que se esforçou ao máximo para assumir a culpa por várias ações e omissões à frente do Ministério, isentando, sempre, a responsabilidade do presidente da República. Mantendo esse objetivo, causou revolta, até em senadores governistas, em faltar seguidamente com a verdade – mentindo, pois – diversas vezes (o relator contou 15 vezes).

Fácil é verificar que a opinião pública, por meio de suas mais expressivas lideranças, condenou a postura do aludido general, ficando evidente que ele se mostrou bastante constrangido o tempo todo. Certamente, no futuro, vai arrepender-se de ter sido tão submisso ao seu eventual “chefe”. Deve ser acrescentado, ao meu ver, outro efeito inevitável produzido por aquele desastrado depoimento. Trata-se de um oficial general – da ativa, ressalte-se – do Exército Brasileiro, sendo que este, no momento, goza de respeitado conceito, após amargar um sério desgaste na época da ditadura (1964 – 1985), mas agora vinha recuperando sua imagem positiva junto ao povo. Entendo, em suma, que foi também muito constrangedor para toda comunidade militar, ferindo sua autoestima, o procedimento reprovável de um de seus graduados membros.

ⁱ Desembargador aposentado do TRT, é escritor, membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia e da Academia baiana de Letras.racpinto@uol.com.br. Publicado na Tribuna da Bahia de 26/5/21.